

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

I. Preâmbulo - enquadramento, missão e atribuições

A presente Política de Privacidade descreve para que finalidades são recolhidos dados pessoais pela Escola, como são tratados e guardados, com quem são partilhados, durante quanto tempo são conservados e quais os direitos dos titulares dos dados.

Nos termos do Preâmbulo do **Decreto-Lei n.º 75/2008 de /04/2008** as escolas são estabelecimentos aos quais está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se ativamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País. É para responder a essa missão em condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível, que deve organizar-se a governação das escolas.

No **artigo 4.º** do diploma citado, salienta-se que a autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas organizam-se no sentido de:

- a) Promover o sucesso e prevenir o abandono escolar dos alunos e desenvolver a qualidade do serviço público de educação, em geral, e das aprendizagens e dos resultados escolares, em particular;
- b) Promover a equidade social, criando condições para a concretização da igualdade de oportunidades para todos;
- c) Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho, de realização e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- d) Cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres constantes das leis, normas ou regulamentos e manter a disciplina;
- e) Observar o primado dos critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa nos limites de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis para o desenvolvimento da sua missão;
- f) Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar, designadamente através dos adequados meios de comunicação e informação;
- g) Proporcionar condições para a participação dos membros da comunidade educativa e promover a sua iniciativa.

Por seu turno, o **Projeto Educativo** da Escola reforça e estabelece de forma específica os princípios já referidos, mencionando que a escola deve estar ao serviço do meio, colaborando no desenvolvimento da cultura, no voluntariado, nas atividades conjuntas desportivas, na cooperação em campanhas especiais, no estudo de situações sociais, na participação em grupos de jovens, no trabalho conjunto com as empresas, estabelecendo para tal protocolos com outras instituições e facilitando a utilização das suas infraestruturas e equipamentos.

II. Finalidade da Política de Privacidade da Escola

1. Por dados pessoais entende-se a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável – "titular dos dados" –, sendo considerada identificável uma pessoa que possa ser identificada, direta ou indiretamente, por referência a um identificador, nomeadamente,

um nome, um número de identificação civil ou fiscal, dados de localização, identificadores por via eletrónica, ou outros elementos específicos de identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social da pessoa singular.

2. Com o propósito de cumprir o dever de transparência imposto pelo Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) nos termos procedimentais indicados e legislação em vigor sobre proteção das pessoas singulares no que respeita ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016) esta Política de Privacidade será incorporada, por via de remissão, em diversos formulários utilizados pela Escola na recolha de dados pessoais.
3. A Escola, enquanto responsável pelo tratamento de dados, trata dados pessoais nas seguintes circunstâncias:
 - (i) Quando tal é necessário para cumprir obrigações jurídicas a que está adstrita no quadro da missão que desempenha;
 - (ii) Quando o tratamento de dados pessoais é necessário no âmbito do exercício das funções de interesse público que desempenha;
 - (iii) Quando o tratamento de dados pessoais é necessário para a execução de contratos ou diligências pré-contratuais a ele associadas.
 - (iv) Quando houver um interesse legítimo para o fazer, desde que, em cada caso, esse interesse não seja superado por interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a proteção destes.

Fora das circunstâncias acima indicadas, a Escola apenas trata dados pessoais se tiver obtido o consentimento do titular dos mesmos para o fazer para finalidades específicas, explícitas e legítimas.

A Escola é responsável pelo tratamento de dados pessoais que recolhe, trata e guarda, no sentido em que tais expressões são definidas pelo RGPD.

III. Fundamentos de Licitude

Ao atuar como responsável pelo tratamento, a Escola fundamenta a licitude do tratamento de dados pessoais no artigo 6.º, número 1, alíneas a), b), c) ou f) do RGPD, podendo ainda agir ao abrigo da alínea e) da mesma disposição do RGPD que legitima os tratamentos necessários ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício de autoridade pública.

As operações de tratamento realizadas pela Escola têm, assim, como fundamento primordial de licitude o cumprimento das suas atribuições e competências conforme previstas nos respetivos diplomas legais e demais legislação aplicável incluindo-se normas habilitantes e, apenas residualmente, o consentimento dos titulares dos dados.

IV. Direitos dos Titulares dos Dados

Os titulares dos dados, podem:

- **Solicitar o acesso à informação** – o titular dos dados pessoais tem o direito a obter a confirmação de que os dados que lhe digam respeito são, ou não, objeto de tratamento e, quando for o caso, aceder aos seus dados pessoais e aceder às informações previstas na lei;

- **Solicitar a retificação da informação caso esteja inexata ou incompleta** – o titular dos dados pessoais tem direito a que a DGE, sem demora injustificada, retifique os dados inexatos ou incompletos que lhe digam respeito;
- **Solicitar o apagamento dos seus dados pessoais** – o titular dos dados pessoais tem o direito de solicitar à DGE o apagamento dos seus dados quando se aplique, designadamente, **um dos seguintes motivos**:
 - Os dados pessoais deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
 - O titular opõe-se ao tratamento e não existem interesses legítimos prevalecentes que justifiquem o tratamento; ou
 - Retirou o seu consentimento para o tratamento de dados (nos casos em que o tratamento é baseado no consentimento) e não existir outro fundamento para o referido tratamento.
- **Solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais** – o titular dos dados pessoais tem o direito de solicitar à Escola a limitação do tratamento dos seus dados se se aplicar, designadamente, **uma das seguintes situações**:
 - O titular contestar a exatidão dos dados pessoais, caso em que a limitação vigorará enquanto a Escola verifica a exatidão de tais dados;
 - O tratamento de dados for lícito e o titular dos dados se opuser ao apagamento dos dados pessoais, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
 - A Escola já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados forem requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
 - Se o titular se tiver oposto ao tratamento, até se verificar que os motivos legítimos da Escola para tratar os dados prevalecem sobre os do titular dos dados.

V. Segurança da Informação

A Escola implementa e assegura a manutenção de meios de proteção adequados por forma a que os seus procedimentos internos para a segurança dos dados pessoais estejam em conformidade com a regulamentação em vigor.

A Escola desenvolve, ainda, todos os esforços necessários para assegurar contratualmente que as entidades terceiras com quem colabora, na qualidade de parceiros ou subcontratantes, prestadores de serviços, garantem uma proteção adequada dos dados pessoais a que tenham acesso.

A Escola limita o acesso a dados pessoais a colaboradores específicos, sempre no âmbito das respetivas funções e apenas quando o contacto com tais dados pessoais se justifica.

A Escola toma as medidas necessárias para garantir o tratamento seguro dos dados pessoais, procurando protegê-los contra perdas ou abusos e implementando procedimentos de segurança para evitar acessos não autorizados a esses dados pessoais.

O sítio - www.esjcff.pt - é gerido e administrado pela Escola, no âmbito de uma política de comunicação e informação, visando assegurar a exatidão da informação, a sua atualização permanente e a adoção de medidas destinadas a garantir a segurança da mesma.

Toda a informação disponível no sítio www.esjcff.pt é gratuita, podendo ser utilizada livremente, desde que se faça menção da respetiva fonte. É, no entanto, proibida a sua utilização para fins comerciais ou que ponham em causa, direta ou indiretamente, a prossecução do interesse público. Os direitos de propriedade intelectual de todos os conteúdos presentes neste sítio pertencem à Escola.

Em conformidade com o previsto na Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto e no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 27 de abril de 2016 -, a Escola não exige ao cidadão qualquer informação ou dado pessoal quando este interage com o sítio, a não ser em situações específicas em que o registo é essencial para as finalidades declaradas, estando os dados pessoais protegidos nos termos da lei.

Os direitos à privacidade, à segurança, à proteção e à confidencialidade dos dados pessoais facultados pelo cidadão, por esta via, são assegurados pela Escola, sendo apenas pedidos, recolhidos e tratados os dados necessários. Assim, não são recolhidas quaisquer informações sem o consentimento pessoal, à exceção das que, voluntariamente, faculte quando contacta com a Escola.

VI. Partilha e Transferência de Dados Pessoais

A Escola poderá partilhar dados com entidades terceiras **quando tal decorra de determinação legal** e/ou no contexto da atividade que prossegue, nomeadamente com outros organismos do Ministério da Educação,

A Escola pode, ainda, transferir dados para entidades e instituições do Ministério da Educação, outras entidades públicas ou organismos estatais, ou prestadores de serviços, no âmbito de processos em que as entidades contribuem para a missão e atribuições da Escola.

VII. Retenção de Dados Pessoais

A Escola apenas conserva os dados pessoais durante o período estritamente necessário para a observância dos propósitos para os quais estes foram recolhidos. Os prazos de retenção da generalidade dos dados pessoais tratados pela Escola resultam da lei, dos regulamentos que regulam as atividades exercidas pela Escola, ou dos contratos que celebra.

VIII. Cookies

A Escola utiliza cookies de sessão, temporários, que permanecem no arquivo de cookies do browser do utilizador até este sair do website.

A informação obtida por estes cookies, a ser utilizada, servirá exclusivamente para determinar a utilidade, interesse e o número de utilizações dos seus websites, para efeitos estatísticos anónimos, não incluindo, como tal, os seus dados pessoais. A solução assenta em Google Analytics.

Para mais informações acerca dos cookies do Google Analytics, consulte a página oficial do Google Analytics.

Todos os utilizadores têm a possibilidade de aceitar, recusar ou apagar cookies, através da seleção das suas preferências no respetivo navegador.

Podem-se configurar os cookies no menu "opções" ou "preferências" de cada browser.

Desativar cookies pode, contudo, impedir que alguns serviços web funcionem corretamente, afetando parcial ou totalmente, a navegação no website.

IX. Informações e Reclamações

Os titulares dos dados, para questões relacionadas com os seus dados pessoais, podem contactar a Escola através do endereço de *e-mail* de@esjcff.pt.

Os titulares dos dados podem ainda optar por contactar a Autoridade de Controlo que, em Portugal, é exercida pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, enviando a sua mensagem para geral@cnpd.pt.